



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2017 ---

Aos sete do mês de dezembro de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----

PRESENCAS: -----

O deputado municipal Alfredo Manuel Lopes Pinto Coelho Mendonça, não tendo comparecido justificadamente na sessão de 15 de outubro de 2017, tomou posse como cidadão legitimamente eleito para a Assembleia Municipal de Mondim de Basto. -----

A deputada municipal Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras, impossibilitada de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Fernando Avelino Oliveira Silva. -----

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

ABERTURA DA REUNIÃO -----

Pelas dezoito horas, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a presente reunião, dando início à ordem de trabalhos. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Valentim Carvalho Macedo, usou da palavra para saudar os senhores deputados municipais e para dizer que espera que tenham um bom mandato e que trabalhem em prol do concelho pois essa é a missão de todos aqui pelo que espera que todos estejam imbuídos desse espírito e de que o nosso trabalho será em prol do benefício do concelho. Entende que nos próximos quatro anos devem todos contribuir para a melhoria das condições do concelho e que o trabalho aqui deve ser colaborante e portanto todos têm uma função clara - trabalhar em prol do benefício do concelho. Terminou dizendo que podiam contar com a sua isenção, o seu trabalho, a sua dedicação e o prazer que tem em estar aqui com os restantes membros municipais e espera que isto seja um facto para os quatro anos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O senhor deputado municipal Bruno Miguel de Moura Ferreira usou da palavra para dizer que começava a sua primeira intervenção na Assembleia Municipal saudando todos os autarcas eleitos nas últimas eleições e saudando também todos aqueles que, não sendo eleitos, participaram de forma ativa e que deram o seu contributo para fortalecer a democracia no concelho. Aproveitou também a ocasião para felicitar o senhor Presidente de Câmara pela recente eleição para Vice-Presidente da Comunidade Intermunicipal do Ave, estando certo que será também uma mais-valia para o concelho. Se por um lado se dá início a um ciclo novo – início de mandato - e aproveitou para felicitar aqueles que pela primeira vez foram eleitos para esta Assembleia Municipal, por outro lado, fruto também daquilo que são obrigações legais, este é também o início do fim de um ciclo e portanto, dirigindo-se diretamente ao senhor Presidente da Câmara, pediu para que não se deixasse de alguma forma intimidar pelo facto de não se poder recandidatar, muito pelo contrário, está convicto de que estará duplamente motivado para encarar estes próximos quatro anos com bastante motivação e portanto ganhará também o concelho com isso. Acrescentou que se estão aqui a iniciar um novo ciclo, com naturalidade há questões que vêm do mandato anterior que não foram resolvidas e era sobre estas que se queria concentrar e portanto começou desde logo com a questão da ligação à variante do Tâmega. É sabido que houve uma prorrogação do prazo para o concurso, um adiamento para o próximo ano, e portanto solicitou ao senhor Presidente da Câmara se tinha alguma informação sobre isso que os pudesse esclarecer. Relativamente à reabilitação da escola básica e secundária, quer em sede de reunião de Câmara, quer em sede de Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara foi questionado se a intervenção que foi feita seria o suficiente para que não houvesse qualquer tipo de problema de infiltração nas salas de aula até à concretização da empreitada, tendo sido garantido que, de facto, seria o suficiente mas no entanto verificou-se, no mês de outubro, que tal não aconteceu e portanto queria também aproveitar a oportunidade para perguntar se este assunto está efetivamente resolvido. Ainda no mandato anterior também tinha sido prometido que o acesso a Montão, por via do Parque de Campismo, seria alvo de uma requalificação, tal não aconteceu e portanto aproveitou a oportunidade para questionar o senhor Presidente da Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

sobre o que é que falhou e se existe algum prazo para a concretização dessa obra. Colocou outra questão relativamente à área envolvente da escola de Cavernelhe: no mês passado teve oportunidade de ouvir algumas considerações sobre aquele espaço no âmbito de pessoas que visitaram o concelho para participar no encontro micológico e relativamente àquele que é o aspeto visual, que não é de todo o melhor, e tendo em conta até o próprio enquadramento da localização deste mesmo espaço, questionou o senhor Presidente da Câmara se tomou alguma diligência para que essa situação fosse melhorada. Relativamente à Casa da Igreja referiu que, há sensivelmente um ano, foi adjudicado um serviço de elaboração de um estudo de mercado com um valor máximo de 79.000 €, já passou um ano pelo que queria aproveitar para questionar se entretanto já existe alguma solução para este assunto. E por fim deixou aqui também um reparo: os depósitos de água que foram instalados no acesso ao Santuário da Nossa Senhora da Graça têm um impacto visual que não é de todo o mais bonito, principalmente porque é o acesso a um ex-libris aqui do concelho e portanto queria deixar a sugestão ou mesmo perguntar se efetivamente já está pensada algum tipo de intervenção para melhorar ou, pelo menos, para minorar o impacto visual para quem nos visita (felizmente muitas pessoas) e eventualmente até com recurso a algum tipo de intervenção de ordem natural. -----

O senhor deputado municipal Armindo Marinho Henrique iniciou a sua intervenção felicitando o senhor Presidente da Câmara pela excelente vitória, mais uma vez, adquirida. Pediu desculpa por não se sentir muito à vontade a falar, identificando-se mais como um homem do terreno, homem de resolver, homem de ação. Referiu que iria falar de alguns dos problemas da sua freguesia, alguns dos problemas já tinha conhecimento deles, outros acabou de tomar conhecimento. Entende que a freguesia de Ermelo está atrasada em relação a outras freguesias do concelho no mínimo vinte anos e só não está mais porque alguns conselhos diretivos foram trabalhando com bastante eficácia. Aquela que poderia ser a galinha dos ovos de ouro do concelho ao longo de duas décadas tornou-se o patinho feio no concelho. Espera do senhor Presidente da Câmara e espera também compreensão desta Assembleia ao longo do mandato para resolverem os problemas de Ermelo, alguns são graves: problemas de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

água, problemas de arruamento, problemas de taludes caídos na estrada já há quatro anos. Espera da parte da Câmara Municipal que olhe para os problemas de Ermelo neste mandato com olhos de ver. Uma freguesia que tem o histórico que tem, a freguesia em que o segundo foral do distrito de Vila Real foi atribuído, está uma aldeia esfrangalhada, triste e abandonada. É um dever da Câmara Municipal olhar para os problemas dos ermelenses. Espera que no final deste mandato muita coisa tenha melhorado. -----

O senhor deputado municipal Torcato Jorge Mota Queirós de Moura usou da palavra e referiu que nesta sua primeira intervenção, e porque a sua experiência em Assembleia ainda não é todo a melhor, e assume isso, espera que estes longos quatro anos traduzam o que por si foi dito em campanha eleitoral pois é isso que o move: quer uma Assembleia participativa, presente, isenta e fiscalizadora, acima de tudo uma Assembleia responsável, atenta e respeitadora dos bons costumes que rege esta casa do dever de cumprir e fazer cumprir com respeito e dignidade todos os agentes da sociedade mondinense e todos os problemas da mesma sociedade. Só assim é possível viver em harmonia e comunidade. Posto isto e porque estão no bom caminho e acredita que estão mesmo no bom caminho, a primeira pergunta que se impõe e a si lhe compete fazer e que toda a população mondinense quer saber é qual a razão que levou este executivo camarário, nomeadamente ao senhor Presidente deste município, a aumentar e reforçar a equipa do executivo nomeando mais um meio vereador e mais dois ou três secretários, sendo que o concelho de Mondim de Basto é dos mais pequenos em termos de população, cerca de 7500 habitantes (e note-se que cada vez mais são menos os votantes – 4700 – houve uma redução significativa dos votantes do último ato eleitoral para este, menos 300 votantes). E é dos mais pequenos em projetos e obras a executar e conseqüentemente não há desenvolvimento do concelho pelo que não há razão porém aparente que leve a tal aumento do efetivo das despesas e conseqüente não melhoria do desenvolvimento do conselho. Será um jogo de interesses que estamos aqui a constatar? Quais são as funções atribuídas ao meio vereador e qual o seu horário laboral? Trabalha de segunda a sexta da parte da tarde ou da parte da manhã? Referiu que o CDS-PP entende que não há competências que levem a esse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

aumento pois não há projetos estratégicos que justifiquem tal posição. Perguntou qual o custo / benefício que todos vão ter com este aumento do executivo camarário. Aproveitou para perguntar a este executivo, nomeadamente na pessoa do senhor Presidente, quando começam os camiões a descarregar o betão, querem mesmo saber a data exata do início da obra porque foi o lema de campanha do Partido Socialista, foi a sua bandeira eleitoral e até anunciaram em plena campanha eleitoral a bem-vinda via do Tâmega numa apresentação cheia de pompa e circunstancia. Para quando está prevista a tão anunciada via do Tâmega e quando será o seu início? E se a mesma não for feita os camiões descarregarão o betão, betão esse tão anunciado, tão desejado porque assim estamos todos de acordo no almejado bom caminho, vamos todos acreditar que o betão vai vir. Importa perguntar é que será que, se a via do Tâmega não se concretizar, de facto não haverá desenvolvimento possível para o concelho? Vamos continuar mais quatro anos neste impasse? Relativamente às obras e ao que aqui foi dito já (pensa que o CDS-PP está em sintonia com o PSD) como é que estão as obras da escola C+S? Relativamente à famosa Casa da Igreja, estando aqui no executivo camarário pessoas que defenderam arduamente o seu restauro, o que é feito de tais obras e quais os motivos de nesta altura ainda não estarem feitas que já lá vão oito anos? Neste orçamento não se encontram ainda verbas disponíveis para as referidas obras. Porquê? Acrescentou que gostaria também de saber se está projetada a requalificação do trânsito e respetiva sinalização pois a população mondinense, no seu entender, quer ver corrigida tal situação. E passou a dar um exemplo: porque é que as pessoas que circulam na avenida Doutor Augusto Brito, para virar para Atei, têm de forçosamente passar pela rotunda da igreja? Gostaria de saber também se existe um estudo do impacto com a construção dos miradouros e se há retorno financeiro positivo para o desenvolvimento do concelho e qual o seu contributo para o desenvolvimento turístico do concelho. Perguntou quando é que se iria pôr a ETA a funcionar em sintonia com o saneamento. De seguida enalteceu este executivo por saber implementar o turismo na região demonstrando já, junto ao parque das merendas, os tais depósitos de água que lá se encontram e da Casa de Produtos Tradicionais que lá está vandalizada. Perguntou qual o fim que vão dar a esses pormenores. Por fim referiu que queria dar a conhecer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

que o Parque Florestal está vandalizado pelo que queria saber se este executivo pretende ou não, junto das instituições florestais, forçar os mesmos a que se limpe e se tire o amontoado de ferro-velho desse mesmo parque. -----

O senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção para responder às questões colocadas. Relativamente à questão da ligação à variante do Tâmega que foi perguntada pelo senhor deputado Bruno Ferreira e pelo senhor deputado Torcato Moura, embora em tons diferentes, referiu que o que sabia era público: foi lançado um concurso em 19 de setembro e posteriormente não houve nenhum adiamento, o que houve e do que o informaram das Infraestruturas de Portugal, foi que houve uma prorrogação do prazo que é absolutamente normal nestas situações. Foi-lhe dito que face ao número de pedidos de erros e omissões e de esclarecimentos a Infraestruturas de Portugal adotou o procedimento que é que, quando há muitos pedidos, para não estarem constantemente a suspender o prazo, prolongaram até o dia 4 de janeiro 2018 e que a partir dessa data serão apresentadas as propostas pelas empresas, que serão selecionadas as empresas após o prazo que definirem e será adjudicada a obra. É isto que está em causa. Referiu que compreendia, e deve dizer isto, o embaraço de algumas pessoas aqui na Assembleia porque se fartaram de chamar pelo diabo, sobretudo após a visita do Primeiro-Ministro, e quando deram conta não é que a variante vem mesmo e que abrem um concurso público? Referiu que o que tinha a dizer era que aguardassem com serenidade, as máquinas virão a seu tempo. Para responder ao senhor deputado Torcato Moura, o senhor Presidente da Câmara esclareceu que antes de vir as máquinas é preciso adjudicar a obra, consignar a obra, aquelas coisas que quem anda neste meio sabe. Afirmou que tinha que confiar nas instituições e que o que lhe disseram foi que a variante irá começar durante o ano de 2018. Não se trata de uma questão de fé mas sim de uma questão de constatar os factos. Mas acrescentou, para terminar sobre este assunto, que mesmo para aqueles que se sentirão incomodados depois da variante ser feita, e admite que alguns ficarão, têm sempre a alternativa de ir à volta por Fermil. O embaraço que causará a alguns a construção da obra facilmente será resolvido porque acha que a estrada antiga não ficará intransitável pelo que terão sempre a oportunidade de fazer esse percurso. Relativamente à requalificação da escola, referiu que de facto foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

feita uma intervenção na ordem dos 160.000 Euros, que era verdade que a obra não correu bem e portanto continua a haver infiltrações, mas a empresa tem vindo frequentemente e nunca se recusou a vir à escola resolver esses problemas. Há um problema que tem que ser resolvido, foi feita uma última reunião há muito pouco tempo com a empresa e com o representante da escola e a empresa irá fazer uma última tentativa, agora nas férias do natal, para ver se a situação fica resolvida. Portanto queria deixar bem claro que por parte da Câmara foi feito aquilo que se tinha que fazer: adjudicou-se a obra, uma obra que foi paga com uma verba que foi transferida pelo Ministério da Educação, foi feito o caderno de encargos, o concurso foi adjudicado, agora naturalmente quando as obras correm bem não é motivo de notícia mas quando elas correm menos bem, como é o caso, tem impacto. A Câmara nunca deixou de notificar e de contactar a empresa e a empresa nunca deixou de vir à escola para resolver essa situação. Ou seja, não há um abandono do problema e espera que, com a intervenção que está prometida agora para as férias do natal, a situação fique resolvida. Relativamente ao acesso a Montão, referiu que a obra estava adjudicada, estando apenas à espera pois é um procedimento que tem vários caminhos, na ordem dos 48.000 Euros, há uma parte que será executada este ano, a outra parte será executada em 2018. Está-se apenas a aguardar que o empreiteiro, a quem foi entregue a obra que resultou dum concurso público, comece a obra que deverá começar por Montão. Relativamente à Casa da Igreja, o valor que está no orçamento, que são 79.000 Euros, é uma despesa que não será paga. Esse valor é uma estimativa que corresponde à percentagem, ou seja se a Casa da Igreja fosse vendida por um determinado valor da avaliação, a Câmara teria que pagar esse valor à empresa, significa que nesta data, oito de dezembro, a expectativa que não havendo até ao final do ano qualquer proposta, esse valor não será pago à empresa. Afirmou que queria deixar claro que a Câmara não pagou 79.000 Euros à empresa, é uma estimativa que consta do orçamento, no caso de haver uma venda do imóvel e nesse caso a Câmara teria de pagar, de acordo com o contrato, uma comissão à empresa. Ao contrário do que muitas vezes se ouviu dizer de forma ardilosa, não há nenhum pagamento a nenhuma empresa relativamente à Casa da Igreja. Relativamente aos depósitos da água, os depósitos são necessários e à volta dos depósitos será feita



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

uma sebe, portanto considera que não vale a pena, à volta de uma obra que tem um impacto importante e positivo, num dos lugares da freguesia de Mondim que tem maiores problemas de água, criar um problema com uma sebe que será construída, está prevista, não sabe quando é que será feita. É claro que pode não parecer propriamente a obra mais bonita, são depósitos, são necessários, mas irá fazer-se uma sebe a volta do depósito e esta questão será resolvida. Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta de Ermelo, acha que Ermelo não está atrasado 20 anos, considerando que Ermelo estará certamente em linha com aquilo que é o desenvolvimento da maioria das freguesias do concelho. E recordou-lhe que ultimamente, e com este executivo foram feitas importantes obras em Ermelo. Bem sabe que o senhor Presidente da Junta vai dizer que não estão feitas as obras toda, mas também não estão em nenhuma das freguesias. A Câmara tem tido a preocupação de fazer um investimento de uma forma que seja razoável e que corresponda aquilo que são as principais necessidades das freguesias. E por isso referiu que não aceitava essa expressão de que o executivo se esqueceu de Ermelo. Não é verdade. Foram feitas várias pavimentações na freguesia, ainda recentemente foi feito quase um investimento de 50.000 € para resolver um problema de abastecimento de água em Paço – não resolveu mas o investimento está lá – e recordou também que foi feito o investimento com maior impacto e maior visibilidade na área do turismo que foi feito na freguesia de Ermelo. Recordou também que está prevista a instalação de um polo importante, um investimento de quase 100.000 Euros, também na freguesia de Ermelo, exatamente correspondendo aquilo que disse há pouco da história da freguesia, da importância histórica e turística. Portanto, referiu que iria perdoar essa expressão por estar em início de mandato e por aumentar a fasquia no sentido de conseguir mais obras, o que é legítimo, mas não deixou de recordar que não havia qualquer esquecimento em relação a Ermelo. Aliás, acrescentou que devia fazer aqui uma homenagem ao anterior presidente da junta que conseguiu, por exemplo, o alagamento do cemitério. Não vale a pena fazer tábua rasa e com uma esponja apagar tudo que foi feito pois em Ermelo foram feitos investimentos, como foram feitos investimentos noutras freguesias. Para terminar referiu que este executivo estava naturalmente empenhado e interessado e o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

senhor Presidente da Junta podia contar com o executivo para trabalhar também para a sua freguesia. Relativamente à intervenção do senhor deputado Torcato Moura, num tom, na primeira parte do discurso muito moralista, não sabe se é normal pois nunca o tinha ouvido discursar, referiu que o senhor deputado falou em seriedade, dignidade, discurso moralizador, como se a Assembleia tivesse começado hoje. Recordou-lhe que a Assembleia começou há muitos anos e, desde que está na política, há cinco mandatos, quer o Presidente da Assembleia atual, quer com os outros até quando estava na oposição, tiveram sempre os momentos com respeito e com dignidade, portanto considera que não é o senhor deputado que agora chega aqui e vem impor o respeito e a dignidade, parecendo que isto é um órgão anárquico, sem respeito. Não lhe parece absolutamente nada disso e acha que era desnecessário e era escusado esse tom moralista, que é injusto, e que demonstra, na sua opinião, falta de conhecimento das assembleias que têm sido pautadas pelo respeito e pela dignidade. Relativamente à questão do gabinete de apoio aos vereadores, esclareceu que a resposta era simples: há mais vereadores porque o Partido Socialista elegeu quatro vereadores nas eleições de há dois meses atrás e é por essa razão que aumentou o número de vereadores. E acrescentou que as atribuições do senhor Vereador Nuno Lage são públicas porque os despachos foram à reunião de Câmara e portanto está tudo de acordo com a lei. Quanto a essa questão do horário de trabalho deve dizer que era escusada e foi deselegante mas respondeu que os vereadores e o presidente da câmara não têm horário de trabalho, estão dispensados de horário de trabalho. Mais acrescentou que a partir de 1 de janeiro de 2018, a Câmara de Mondim terá, além do Presidente da Câmara, apenas um vereador a tempo inteiro, ou seja, a lei permite que a Câmara de Mondim, a partir de 1 de janeiro, poderia ter o presidente da câmara e três vereadores a tempo inteiro, mas a partir de 1 de janeiro terá o Presidente da Câmara, um Vereador a tempo inteiro, um Vereador a meio tempo e uma Vereadora sem funções executivas que não auferem qualquer remuneração da Câmara. Faça agora as contas e de três vereadores que poderíamos ter vamos passar a ter um e meio, ou seja, metade daquilo que a lei permite. Relativamente ao gabinete de apoio, esclareceu que há mais um vereador logo há mais um elemento no gabinete de apoio. Não há problema nenhum, é uma opção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

política assumida e que se o senhor deputado se estava a referir ao Henrique Martins trata-se de um jovem da terra, com valor, assumimos politicamente esse ónus. Acrescentou que o reforço do gabinete de apoio resulta de uma necessidade política e de uma necessidade da Câmara pois há muitos assuntos técnicos e a Câmara, nos últimos anos perdeu quadro técnico (contou doze técnicos superiores que saíram nos últimos 8 anos), não se admitiu mais ninguém na Câmara e por isso a Câmara está numa situação em que é frequente os elementos do gabinete de apoio ajudarem a componente técnica a resolver algumas situações. Ou seja, além de uma opção política é também uma opção que resulta da necessidade de, reforçando o gabinete de apoio, poder também assegurar o funcionamento da Câmara. Relativamente à questão sobre as obras de requalificação da escola, lembrou que o concurso ficou deserto, está a ser ajustado o projeto e muito brevemente, muito provavelmente no início de 2018, será lançado o novo concurso público. A Câmara tem até abril de 2019 para concluir a obra e já com uma prorrogação de quatro meses. Portanto essa questão está resolvida, espera que não fique novamente deserto como ficou o concurso anterior. Relativamente à questão da sinalização junto aos bombeiros, como todos sabem, o projeto vem do executivo anterior foi executado, um dia poder-se-á fazer essa intervenção mas para fazer essa intervenção junto aos bombeiros a Câmara deixa de ter dinheiro para fazer os caminhos em Ermelo e este executivo tem optado por fazer aquilo que é mais necessário pois a capacidade de folga de investimento é muito reduzida. Este executivo, não discordando da necessidade de fazer a intervenção, entende que não parece oportuno porque não há folga financeira para fazer esse investimento. Relativamente aos miradouros, esclareceu que quando se faz qualquer candidatura, há um estudo que justifica a candidatura. Quando se faz uma candidatura aos fundos comunitários tem que haver um estudo e uma fundamentação. Referiu que se o senhor deputado Torcato Moura estava a tentar desvalorizar os miradouros acha que deu um tiro ao lado porque, no seu partido, fartam-se de falar em investimento no turismo, mas quando se investe no turismo questionam sempre porque é que não foi noutro lado. Os miradouros são um investimento que ficou relativamente barato para a Câmara em termos de investimento, tem o retorno da qualificação do território, pois sempre que se acrescenta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

algo no território há mais gente a vir e por isso, do seu ponto de vista, não há qualquer razão para duvidar do interesse dos miradouros ou dos PR's. Quanto à questão do saneamento, não sabe se o senhor deputado deu conta mas que este disse “ligar o saneamento à ETA”, não pode fazer: saneamento é uma coisa e a água é outra. Não ligue as duas coisas senão dá confusão. Em relação ao saneamento, referiu que a Câmara estava empenhada em fazer o investimento , estava a preparar duas candidaturas até ao final do ano para um investimento de 4.000.000 Euros no alargamento da rede de saneamento básico. Existe essa possibilidade e o executivo quer fazer esse investimento. Relativamente à Casa dos Produtos Tradicionais explicou que a mesma não está a ser utilizada porque está em litígio com uma pessoa, está um processo em tribunal e a Câmara não pode utilizar esse equipamento que está abandonado porque houve uma pessoa que arrendou, não pagou a renda, o processo está em tribunal e é por essa razão que ela não está a ser utilizada. Relativamente ao Parque Florestal, realçou que este é propriedade do município, foi cedido por um determinado prazo, com determinadas condições, estará ao dispor dos serviços florestais enquanto esse contrato se mantiver e enquanto serviços florestais estiverem a administrar ou a gerir o parque florestal. Essa questão de estar mais cuidado ou menos bem cuidado é uma questão que diz respeito exclusivamente ao ICNF, entidade que gere o Parque Florestal. Portanto a Câmara não tem qualquer responsabilidade mas obviamente que, se as coisas não correrem bem, poderá chamar à atenção e a Câmara já sinalizou essa preocupação. -----

O senhor deputado municipal Fernando Avelino Oliveira Silva usou da palavra para dizer, em primeiro lugar, que lhe custa e não aceita que haja condicionamentos na liberdade de expressão ou juízo de valor quanto ao estilo. Cada um tem o seu estilo e fala com o máximo de liberdade e referiu que gostava bastante do estilo poético e metafórico que foi utilizado pelo seu colega de bancada. A sua segunda nota tem a ver com uma informação que o senhor Presidente da Câmara deu relativamente à requalificação da escola. O que entende é que na requalificação da escola há erros, é normal, os erros acontecem, só que o que o faz estranhar de alguma forma é o facto daquela obra ser fiscalizada e no orçamento existe uma verba considerável, 70.000



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Euros, para a fiscalização. Para que serve esta fiscalização? Relativamente à via do Tâmega, afirmou que da sua parte e da parte da sua bancada não há qualquer embaraço pois ficarão muito satisfeitos e contentes que ela e venha o mais depressa possível. O que esperavam é que com a rapidez com que ela foi anunciada tivesse a mesma rapidez no seu desenvolvimento, apenas isso. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que iria responder por considerar que há aqui uma confusão: o valor que está no orçamento para fiscalização é para fiscalizar a obra que está em concurso público, não tem nada a ver com a obra que foi executada. São obras diferentes, teve uma fiscalização diferente e um pagamento diferente, são serviços diferentes. O valor que está no orçamento é para a obra de requalificação e será utilizado para a fiscalização. Relativamente à variante, referiu que a rapidez é a rapidez da contratação pública. Isso de fazer um concurso hoje e de colocar a máquina amanhã no terreno, isso faz-se em nossa casa, quando as coisas correm bem, porque não somos obrigados a contratação pública. Isso de assinar um contrato e a seguir vir uma máquina isso vê-se muito mas é nos desenhos animados. Na vida real e na contratação pública isso não existe: existem prazos, são prazos demorados, as obras demoram a arrancar como qualquer obra de qualquer dimensão, sobretudo quando se fala de uma obra de concurso público que tem prazos. -----

1.2 - Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal -----

De seguida, pelo Senhor Presidente da Mesa, Valentim Carvalho Macedo, foi presente a correspondência recebida e enviada. De entre a correspondência recebida, o senhor Presidente da Mesa leu uma comunicação da Câmara Municipal que se passa a transcrever: *«Dando cumprimento ao estabelecido na Lei n.º 29/87, de 30 de junho (Estatuto dos Eleitos Locais), na redação dada pela Lei n.º 52-A/2005, de 10 de outubro, comunica-se, nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do mencionado diploma legal, que o Vereador Duarte Nuno Moreira Lage, para além do exercício de funções na qualidade de vereador a meio tempo, também exerce a função de Diretor de Serviços, na IPSS denominada “Associação de Solidariedade das Aldeias do Concelho de Mondim de Basto”, com sede em Vilarinho, freguesia de Vilar de Ferreiros, deste concelho»*. De seguida informou também que tinha na sua posse a comunicação dos partidos municipais sobre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

a indicação dos líderes de bancada que se passa a indicar: Partido Socialista – Carlos Filipes Macedo; PSD – Bruno Miguel de Moura Ferreira; CDS-PP – Torcato de Moura.

2-Ordem do dia -----

2.1- Aprovação da ata da reunião de 8 de setembro de 2017 -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 8 setembro de 2017 que foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão em causa. -----

2.2- Aprovação da ata da reunião de 15 de outubro de 2017 -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 15 de outubro de 2017 que foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão em causa. -----

2.3- Regimento da Assembleia Municipal -----

O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação do Regimento da Assembleia Municipal que foi aprovado por unanimidade. -----

2.4- Grandes Opções de Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2018 -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para fazer uma breve apresentação do documento em análise que se passa a transcrever: «Em relação ao orçamento e plano plurianual de atividades, documento estruturante do município pois é nele que estão inscritas as despesas, as receitas, as obras, quero dizer-vos que este documento tem algumas características que eu gostaria de partilhar convosco. Primeiro, é um orçamento com mais investimento, há um aumento de investimento de cerca de 3.000.000 Euros em relação ao ano anterior. Mas é um orçamento que mantém o rigor e que mantém a consolidação orçamental que iniciamos em 2010. Recordo que nós começamos em 2010 com uma dívida de 19.700.000 Euros, neste momento nós reduzimos, em oito anos, 12.000.000 Euros a dívida. E vamos continuar nos próximos anos com essa redução. Este aumento de investimento resulta em boa parte do aproveitamento que nós estamos a fazer da oportunidade do quadro comunitário de apoio, de vários projetos comunitários que estão no orçamento, alguns que têm dotação, outros que têm uma dotação mínima que serão depois reforçados se as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

candidaturas forem aprovadas. Recordo que temos a Rede Periurbana de passeios que já está em concurso público (será para iniciar no próximo ano), a requalificação da escola EB2/3 que esteve em concurso, ficou deserto, o projeto está a ser ajustado e os serviços da Câmara estão a preparar um novo concurso público para o início do próximo ano. A requalificação da Casa da Cultura que foi submetida e iremos aguardar a aprovação para iniciar todo o processo de contratação. O aumento da eficiência energética na iluminação pública – a substituição de todas as lâmpadas por iluminação led é também um projeto que contamos submeter a candidatura até abril. Além de outros projetos que estão no orçamento, como a bienal do granito, algumas candidaturas na área do turismo que já tiveram início de execução em 2017 e terão também execução em 2018. Há uma oportunidade do quadro comunitário de apoio que o município aproveita e é por essa razão que temos também aqui um aumento de investimento. O peso dos juros e amortizações continua a ter um peso muito elevado no orçamento da Câmara: são 1.700.000 Euros por ano. Num orçamento que tem esse valor todos concordarão que é um valor muito elevado e que deixa pouca margem de manobra para investimento. É também um orçamento que assegura as despesas correntes, o funcionamento da Câmara, o apoio à educação através das diferentes medidas, o funcionamento das escolas, a ação social, a cultura, as associações, o desporto. Portanto desse ponto de vista não há nenhum corte nem nenhuma limitação em termos de orçamento nem nenhuma alteração em relação aos orçamentos anteriores. Para terminar, mantemos também a taxa do IMI que, como sabem, é paga por todos os proprietários, e mantemos também no valor mínimo de 0,3. Deste ponto de vista é um orçamento mais ambicioso mas que mantém o rigor que aliás tem sido demonstrado em todos os exercícios e até no parecer do Revisor Oficial de Contas, em todos os resultados a Câmara de Mondim tem aparecido como sendo um exemplo na elaboração dos orçamentos e na execução, sobretudo, da receita, não empolando receita».....

O deputado municipal Bruno Miguel de Moura Ferreira fez a seguinte intervenção que se passa a transcrever: «Começo por fazer um reparo na página cinco, na descrição da receita de capital há alusão a um protocolo assinado no valor de 330.000 Euros só



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

que depois não há uma referência à entidade com quem foi assinado esse protocolo. Relativamente ao orçamento, deixo algumas considerações. Ao lermos as notícias já publicadas sobre o orçamento municipal para 2018, e comparando essa informação com aquela que estamos aqui hoje a discutir, verifica-se que efetivamente houve uma tentativa de passar para a opinião pública uma grandeza de investimento que, na minha opinião, é sobrevalorizada. É sobrevalorizada porque a diferença do orçamento de 2017 para o de 2018 é de efetivamente 3.100.000 Euros mas só a introdução de uma obra que deveria ter arrancado em 2017 – estou a falar da reabilitação da escola secundária – corresponde a 2.024.000 Euros. Portanto, só este peso desta obra que volta agora a estar novamente no orçamento acaba por ter aqui, em comparação ao aumento que foi aqui revelado, um peso considerável. Relativamente à despesa de capital constatamos também que o peso das amortizações de capital passa de 64% no orçamento de 2017 para 32% no orçamento para 2018. Quer isto dizer que está de alguma forma refutada a ideia de que os empréstimos asfixiam o investimento. Hoje temos menos de um terço da despesa de capital com o pagamento do empréstimo. Era ótimo que não tivéssemos despesa nenhuma mas o peso que tem sobre a despesa de capital já não é tão grande quanto aquela que era anunciada e portanto abre aqui também espaço para um maior investimento. Quanto ao equilíbrio orçamental, quando comparado com o ano anterior, verificamos que, embora haja um aumento da despesa corrente e da receita corrente, o aumento que existe na despesa corrente é substancialmente superior à da receita corrente e portanto, em termos de equilíbrio orçamental, é aqui um alerta que nos é dado e que diz respeito ao futuro. Ainda relativamente à despesa corrente, na justificação do aumento da despesa do pessoal com a valorização remuneratória e com a previsão de lugares a prover pelo mapa de pessoal que está inscrita no texto que nos foi apresentado, na minha opinião deveria também constar o aumento com a despesa da remuneração e respetivos subsídios dos órgãos autárquicos e gabinetes de apoio que foi efetivamente superior a 60.000 Euros. Depois de ouvir a explicação do senhor Presidente da Câmara de que a partir de 1 de janeiro ainda irá ser suprimido mais um vereador ainda fica por explicar o porquê deste aumento. Não entro em demagogias, isto é uma opção política, tal como é uma opção política fazer a obra B ou a obra C, ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

prestar o serviço A ou prestar o B. Ao nível da despesa com a iluminação pública continua a não ser compreensível que não haja uma redução, pelo contrario há até um ligeiro aumento (esta era uma questão que já em reuniões de Câmara no mandato anterior várias vezes foi focada) e depois do investimento que foi feito em luminárias também com led e não havendo registos significativos para novos postos de iluminação não se compreende que esta despesa continue a aumentar e, pelo contrario, que não diminua porque se foi feito o investimento era com a intenção de que ela diminuísse. Quanto à receita, verificamos uma vez mais que há aumento dos impostos diretos, aqueles que nos dizem diretamente respeito a nós, assim como o aumento da receita da água, do saneamento e dos resíduos sólidos. Feitas estas considerações gostava de deixar algumas questões mais objetivas ao senhor Presidente da Câmara. A despesa com a CIM do Ave duplicou de 24.000 Euros para 53.000 Euros. A que se deve este aumento? Questiono também se não considera o valor transferido para as freguesias – 11.000 Euros - se é manifestamente pouco para aquelas que são as suas necessidades. Pergunto também o que justifica que o programa de comparticipação de medicamentos tenha passado de 10.000 Euros do orçamento anterior para 100 Euros neste orçamento. Regista-se também uma diminuição de 20.000 Euros para o associativismo, a que se deve esta redução? E relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos, constatamos que dos treze projetos que são apresentados com a possibilidade de financiamento apenas dois têm financiamento assegurado, e dois que transitam do ano anterior, ou seja, do orçamento de 2017, e também ambos graças ao contributo do protocolo da EDP. Portanto de treze apresentados só dois é que têm financiamento assegurado. Obviamente que gostaríamos que todos tivessem portanto não quero com isto dizer que não era espectável ou não era uma boa noticia que mais houvesse. As restantes obras apresentadas, e não tirando o mérito à sua implementação, não constitui propriamente uma resposta para aquelas que são as principais necessidades do concelho e chamo a atenção também que até elas, e segundo o documento, estão dependentes da possibilidade de reforços futuros. Constato também que no anexo III, no mapa de compromissos plurianuais, está inscrito um compromisso para os próximos três anos, no valor de mais de 71.000 Euros por ano para, e passo a citar, “aquisição do estádio do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Atei Futebol Clube”. Por várias vezes no mandato anterior nós questionamos se efetivamente estava a ser feita a aquisição do estádio, sempre nos foi dito que não, portanto tratava-se aqui de um protocolo de uma prestação de aluguer ou arrendamento, e portanto foi com alguma admiração que verifiquei que consta neste documento a aquisição do Estádio do Atei Futebol Clube. Por fim termino a minha intervenção com uma chamada de atenção pois no documento está inscrita a previsão da contratação de um empréstimo bancário e portanto questiono qual o valor que está em causa e a que é que se destina». -----

O deputado municipal Fernando Avelino Oliveira Silva usou da palavra para fazer a sua intervenção que se passa a transcrever: «Relativamente ao orçamento e grandes opções do plano, como todos sabemos, o orçamento é um documento político, que estabelece a estratégia e compromisso político do executivo municipal, no que concerne à sua visão quanto ao desenvolvimento do concelho. Na minha ótica, os objetivos traçados não são consentâneos com as necessidades do concelho. Isto porque não traduz uma política de coesão territorial municipal, veja-se a verba de 11.000 Euros prevista para as freguesias. Não traduz uma estratégia de desenvolvimento económico e social do concelho, num concelho que faz a sua aposta no turismo, não se vislumbram reforço de quadros técnicos e, num concelho em que se diz que a área social é muito importante e fulcral, não se percebe nem compreende que não tenha nos seus quadros uma assistente social. Não reflete um plano de apoio às famílias que incentive o aumento da taxa de natalidade que não pode passar apenas pela distribuição de fraldas. Não reflete um plano de apoio ao crescimento sustentável. Não reflete linhas de investimento e apoio à criação do autoemprego. Não reflete a necessidade de resolução dos problemas de abastecimento de água, em quantidade e qualidade, ao concelho, veja-se o que acontece em algumas freguesias, nem prioriza a necessidade urgente do problema de saneamento na vila e no concelho. Considero que no âmbito de investimento dos projetos à autarquia cabe o papel de agir, dinamizador económico, e não de agente de operação. De facto, além deste orçamento ficar muito aquém ao nível do aproveitamento do atual quadro comunitário, os investimentos previstos fazem da autarquia um empresário local que se candidata e executa. Esta situação, a nosso ver,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

coloca em causa a sustentabilidade dos projetos após o término do financiamento comunitário. Veja-se a título de exemplo a Casa de Produtos Tradicionais e o Centro BTT. Este último, alvo de novo financiamento pois esta autarquia não conseguiu viabilizar o investimento com iniciativa privada. De igual modo este orçamento fica muito aquém em matéria de recuperação intermunicipal, apoio às famílias e idosos, investimentos em setores prioritários como o turismo, com falta de estratégias para a iniciativa empresarial, floresta, agricultura e granito. Mais uma vez vimos algumas iniciativas para o centro da vila, no entanto perde-se por completo a noção de abertura das restantes freguesias ao exterior, o que a nosso ver, só vem atrofiar este concelho por mais um ano. No fim da sua análise do orçamento e das grandes opções de plano, importa tecer os seguintes considerandos. Considerando o aumento de 66% nas despesas com o alargamento do executivo, aumento esse quantificado em mais de 44.000 Euros; considerando o aumento das despesas com os contratos de prestação de serviços e avenças em cerca de mais de 20% passando assim esses contratos a assumir um quarto da receita municipal, ou seja, 2.500.000 Euros; considerando o aumento de 126% das despesas com publicidade, e o aumento de 66% com encargos com outros trabalhos especializados passando a totalizar quase 500.000 Euros sem saber porquê e para onde; considerando a ausência de qualquer investimento para a ETA de Suidros, infraestrutura que se encontra abandonada ao vandalismo, e que representa o maior investimento municipal até à data sem que haja capacidade para o rentabilizar; considerando que a verba disponível para as freguesias não indicia qualquer transferência de competências nem a coesão territorial do município em função do valor residual o que torna uma evidente distribuição de apoios de acordo com interesses políticos; considerando que o mapa de pessoal deve refletir os desejos e intenções do senhor Presidente de Câmara não se percebe a quantidade e o volume em termos de custos das prestações de serviços externos e avenças exorbitantes que mereceria certamente uma maior valorização dos quadros técnicos municipais. Depois há uma questão que tem a ver com o mapa de empréstimos do BPI que aparece refletido no orçamento que contabiliza uma dívida em 1 de janeiro de 2018 de 395.586 Euros quando pelo orçamento de 2017 a data previsível, à data de 31 de dezembro de 2017,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

era de 95.586 Euros. Convém realçar que estes dados estão vertidos neste orçamento, se houve porventura alguma alteração no relatório de abril então mais grave se torna pois não podem aparecer números ou teriam que aparecer corrigidos no referido relatório. Por fim, considerando que o aumento da despesa vai ser feito, entre outros, à custa do aumento de 23% da receita da água, em 5% com a receita do IMI e um aumento em 5% na participação municipal do IRS, em consciência este orçamento agrava substancialmente as condições de vida das populações».

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para, e começando pela última questão levantada pelo senhor deputado Fernando Silva, dizer que julga que essa questão já foi levantada e respondida em reunião de Câmara e constará em ata pelo que não vale a pena aqui insinuar e, se houve aqui algum lapso ou algum erro, não foi propositado, foi esclarecido em reunião de Câmara pelos serviços técnicos. Como sabem, o orçamento não é elaborado pelo Presidente da Câmara nem pelos vereadores, é um documento com opções políticas mas é um documento técnico. Em relação à intervenção do senhor deputado Bruno Ferreira, considera que o que senhor deputado disse aqui não corresponde à verdade, não há uma diminuição do peso da dívida, era bom que o serviço da dívida tivesse reduzido mas não é verdade. Tomáramos nós que a dívida reduzisse em menos um terço no próximo ano, não é verdade, esta questão, do ponto de vista da sua análise é um erro absoluto. As despesas com os órgãos autárquicos estão no orçamento, como todas as despesas da Câmara que têm que estar no orçamento. Perguntou se o senhor deputado achava que a Câmara ia esconder despesas debaixo do tapete? O município de Mondim é um município transparente, a lei hoje obriga os municípios a uma total transparência. Sobre a questão da despesa da CIM, referiu que não conseguia responder mas presume que tenha a ver com alguns projetos. Relativamente ao valor transferido para as freguesias, como todos sabem e tem sido prática nos orçamentos anteriores, com o saldo deste ano 2017, parte das rubricas que constam do orçamento serão reforçadas. Referiu que perguntou hoje aos serviços qual foi o valor que foi gasto em 2017 em vias municipais, saneamento básico e abastecimento de água – 1.000.000 €. Portanto não é verdade que o município não se preocupa e que apesar da pouca folga que tem para investimento este foi o valor que foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

gasto em 2017. Relativamente à questão do Estádio e à terminologia, se tem aquisição não sabe mas pode dizer que não houve nenhuma alteração relativamente à redação do protocolo que foi à reunião de Câmara e à Assembleia Municipal no mandato anterior. Admite que tenha sido por facilidade de linguagem mas assegurou que não houve nenhuma alteração relativamente aos pressupostos que constam no contrato. Relativamente à questão dos empréstimos, referiu que é verdade que a Câmara neste momento, porque tem uma boa gestão financeira, já pode contrair empréstimos, já está abaixo do limite legal de endividamento, pelo que quando surgirem condições de recorrer a empréstimos já o poderá fazer e se vier a recorrer a empréstimos será para financiamento de projetos de investimentos. Relativamente à questão sobre a página cinco, refere-se ao protocolo com a EDP que foi celebrado em maio de 2017. Relativamente à intervenção do senhor deputado Fernando Silva deve fazer uma correção: não vê onde é que há aumento de IMI. O senhor deputado disse que vai aumentar a taxa do IMI mas sendo cobrada a mesma taxa como é que vai aumentar? Não há aumento do IMI. Pode haver aumento da receita mas que é uma razão que nunca será imputável à Câmara porque a Câmara, naquilo que lhe compete, vai manter a taxa. Relativamente aos contratos de prestações de serviços e de publicidade referiu que o aumento que consta do orçamento para contratos de prestações de serviços e publicidade resulta apenas da necessidade de se contratar serviços para a execução de candidaturas comunitárias que estão aprovadas. Vamos acabar definitivamente com essa insinuação de que a Câmara vai gastar mais dinheiro em publicidade, vai contratar mais avenças. Isso não é verdade. Não podem ter uma retórica de falar em investimento no turismo e quando a Câmara quer investir no turismo tem que contratar serviços. Aproveitou também para esclarecer que o recurso a serviços externos de fiscalização, jurista, resulta apenas do facto de a Câmara ter diminuído o número de quadros técnicos, o que deu muito jeito durante vários anos porque gastou-se menos dinheiro em pessoal, mas isso teve naturalmente um ónus: é que a Câmara chegou a determinado ponto e não tem recursos técnicos na Câmara suficientes para, por exemplo, fazer o acompanhamento técnico de obras. E quando chegar o tempo a Câmara irá reforçar o seu quadro de pessoal contratando pessoas para assegurar essas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

funções. Quando isso acontecer as avenças terminam. Pediu para se acabar com essa insinuação que não corresponde à verdade. E já disse aqui várias vezes que tinha total confiança nos funcionários e nos técnicos da Câmara, só que, não havendo funcionários em número suficiente, é necessário recorrer a avenças. O senhor deputado Fernando Silva referiu que o Centro BTT correu mal, mas o senhor Presidente referiu que não via onde é que correu mal e que a Câmara não o entregou a privados. O Centro BTT está a cumprir as finalidades e o objetivo para que foi construído. Foi entregue a uma associação que está a gerir o espaço e está a correr bem. Sobre o saneamento básico, referiu que estava previsto o investimento no orçamento que podem não considerar suficiente mas a Câmara tem uma candidatura para 1.700.500 Euros que foi anunciado pelo senhor ministro do ambiente. A Câmara faz o investimento no saneamento e noutras áreas de acordo com o quadro comunitário que é assim a boa regra de gestão. Finalmente, para terminar, referiu que foi dito que a Câmara não investe no granito. E a bienal do granito? E as cinco empresas que constam da ordem de trabalhos desta sessão? Considera que há uma certa incoerência e às vezes um desvio e uma falta de aproximação a verdade que não ficava mal nenhum, pelo menos durante alguns meses, fruto dos resultados das eleições e da retificação da estratégia, alguma contenção nas observações. -----

De seguida o senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao senhor Vereador Paulo Mota que abordou a questão levantada pelo senhor deputado Bruno Ferreira, dizendo que ficou no ar que o esforço ou o peso da dívida das amortizações de capital desceram e isso não é verdade. Houve uma abordagem inicial ao aumento do investimento que foi feita com valores, portanto o investimento aumenta 3.000.000 Euros, sobre o qual o senhor deputado Bruno Ferreira se debruçou e encontrou uma explicação para este aumento, tudo bem, é uma explicação válida pois o investimento da escola EB2/3 passou de 2017 para 2018, mas não deixa de ser verdade que o ano 2018, e correndo tudo bem, terá um investimento superior em 3.000.000 Euros do ano anterior. Claro que depois falar em percentagem face ao valor do investimento é uma falácia brincar com os números. Claro que se no ano passado o investimento foi inferior, o peso da amortização da dívida 64%, se comparado com um orçamento onde o investimento é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

muito superior, o peso de amortização da dívida muda para 32%, mas não deixa de ser o mesmo 1.500.000 Euros de amortização. É exatamente o mesmo valor. Poderia ficar aqui a ideia de isto é menos e uma comparação justa seria fazer a comparação não com o investimento que resulta de fundos comunitários mas sim de fundos próprios. E se fossemos fazer essa comparação de fundos próprios que é aquilo que se tem vindo a fazer, e é bom que as pessoas saibam, esta Câmara, novamente em números grosseiros, paga 1.500.000 Euros ao banco de amortização da dívida e fica com 300.000 Euros a 500.000 Euros capital para depois financiar os tais 15% que, se bem geridos, pode-se chegar a investimentos de 3.000.000 Euros ou 5.000.000 Euros, mas se a Câmara decidir continuar a investir a cem por cento capital, pagava 1.000.000 Euros ao banco e investia 300.000 a 500.000 Euros. Acrescentou mais uma nota porque foi aqui referido que este aumento da despesa corrente é feito tendo por base um aumento da receita corrente, que resulta de aumento de impostos e falam sobre o IMI, falam sobre água e falam sobre o IRS. Referiu que nem que este executivo tivesse optado por subir naquilo que é a sua responsabilidade, definir uma taxa de IMI de 5 para 3%, o valor previsional que apareceria no orçamento seria exatamente o mesmo porque não depende de uma opção deste executivo esse valor que é introduzido no orçamento. Esse valor é introduzido de acordo com uma regra que define que é a média dos últimos dois anos. Se esse valor sobe no orçamento significa realmente que resulta de um aumento que tem vindo a ser arrecadado mas também é verdade que vocês sabem tem acontecido em simultâneo com a descida da taxa. Portanto só resulta do aumento da valorização do património imóvel do concelho, o que é bom, e só resulta de políticas que são tomadas a nível nacional ou então da dinamização da economia, o que seria muito bom. Dizer que são opções nossas, opções que resultam num aumento dessas receitas não é verdade porque mesmo que tomássemos essas opções isso não estaria vertido neste documento. -----

O senhor deputado Fernando Avelino Oliveira Silva usou da palavra para fazer a defesa da honra porque quando a palavra “insinuar” é usada várias vezes, considera que na sua intervenção não insinuou nada. Mas parece-lhe importante é que estão numa Assembleia Municipal e numa Assembleia Municipal quem dirige os trabalhos é o seu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

presidente. Não estão propriamente numa reunião da Câmara Municipal. Referiu que o que queria dizer é que não se deixa condicionar por interpretações vagas que queiram daquilo que possa ter dito e que há aqui uma característica comum que é procurar ridicularizar as intervenções. Em democracia temos que saber aceitar os pontos de vista, bons ou maus, e aquilo que o senhor Presidente da Câmara disse no início, que queria o nosso contributo nas nossas intervenções para o bem das pessoas e do concelho. -----

O senhor deputado Bruno Miguel de Moura Ferreira usou palavra para fazer a defesa da honra porque foi acusado de faltar à verdade, e ainda bem que o senhor Presidente da Câmara ultrapassou as suas funções e deu a palavra ao senhor Vereador Paulo Mota porque assim permite-lhe responder aos dois. Começou por citar aquilo que está no documento entregue: «Em 2018, o peso relativo das amortizações de capital diminuiu face aos anos anteriores em virtude do aumento da capacidade de investimento do município. Assim, os empréstimos assumem um peso de 32%. Esclareceu que em momento algum disse que diminuiu o valor do empréstimo pelo que crê que não faltou à verdade. Se repararem no documento de 2017, exatamente com as mesmas palavras, a percentagem em vez de ser 32% está 64% que foi aquilo que constatou. Falou apenas no peso que tinha comparando com a capacidade de investimento e portanto ninguém referiu que houve uma diminuição da dívida, e tendo falado sim, e recorrendo aquilo que está escrito. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Valentim Carvalho Macedo, usou da palavra para esclarecer que é verdade que dirige os trabalhos mas também é verdade que não está na boca dos deputados e é evidente que, na maior parte das vezes, não vai estar a cortar a palavra. Mas também é verdade que sempre pediu que fossem contidos nas palavras, que fossem corretos e que o que interessa aqui é que se defendam de facto os interesses do concelho. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que não pode deixar de dizer o seguinte: a defesa da honra é quando as pessoas insultam alguém e que a linguagem é da responsabilidade de cada um. Não há nem nunca houve nas suas intervenções nenhum insulto. Acha que se está a exagerar a questão da defesa da honra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Se querem rebater aquilo que o senhor Presidente da Câmara diz pedem a palavra ao senhor Presidente da Assembleia. A linguagem tem que ser firme e será firme até ao fim nas suas convicções e na defesa dos documentos que apresenta, sendo a sua linguagem da sua responsabilidade. -----

Não havendo mais intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa, Valentim Carvalho Macedo, colocou à votação a Aprovação das Grandes Opções de Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2018 que foi aprovado por maioria, com catorze votos a favor, cinco votos contra e duas abstenções.**-----

O senhor deputado municipal Bruno Miguel de Moura Ferreira usou da palavra para fazer a sua declaração de voto que se passa a transcrever: «Assistimos uma vez mais a uma previsão do exercício municipal de pura gestão corrente, incapaz de inovar e dinamizar o concelho. Dos treze projetos apresentados com possibilidade de financiamento, apenas dois têm financiamento assegurado: o da rede periurbana de passeios e requalificação da escola Básica e Secundária, ambos graças ao contributo do protocolo EDP e transitados do PPI de 2017. Não se vislumbram soluções concretas para inverter a saída dos nossos jovens à procura de uma oportunidade de emprego, soluções que possam atrair investimento e dinamizar a economia, incentivando a criação de empresas, apoio ao comércio local e dinamização do potencial das nossas florestas ou simplesmente fixar população. Não deixa de ser significativo que em todo o documento não haja uma única referência à futura ligação à Variante do Tâmega. Uma obra desta importância para o concelho merece um planeamento estratégico para que o seu potencial seja maximizado em proveito do desenvolvimento do concelho. A infraestrutura por si só não irá resolver todos os problemas. O PSD vota contra as grandes opções do plano e orçamento consciente de que estes documentos não são uma resposta adequada para os desafios que o concelho de Mondim de Basto enfrenta atualmente e no futuro». -----

2.5- Definição de Taxa de IMI para o ano de 2018 -----

O deputado municipal Fernando Avelino Oliveira Silva usou da palavra para dizer que apesar das taxas estarem nos valores mínimos, o 0.3 e o 0.8, lamenta a proposta não contemplar o IMI familiar. Este poderia ser um sinal para deixar mais rendimentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

disponíveis para as famílias mondinenses, até pelo facto das receitas arrecadadas com o IMI mais que duplicaram os valores previstos no plano de saneamento. Infelizmente o executivo mantém uma posição irreduzível desta possibilidade legal quando mais de 30% dos municípios aproveitaram e têm execução. A seu ver a estratégia deveria ser uma política orientada para quem cá mora, até porque a melhoria financeira da autarquia tem que ter reflexo também no bolso dos mondinenses. -----

A deputada municipal Maria Altina da Costa Carvalho usou da palavra para dizer que no ano de 2010 a receita da taxa do IMI municipal de Mondim de Basto cifrou-se em cerca de 230.000 Euros. Para o ano de 2018 por vezes prevê-se que essa receita que constará no orçamento que é superior a 478.000 Euros, mesmo reduzindo a taxa do IMI em 0.5 e 0.8. Ao fim destes mandados a receita deste imposto aumentou para mais do dobro. Na opinião do PSD o que se poderia fazer era de facto aplicar a taxa do IMI familiar e desta forma aplicar às famílias com filhos através do desconto direto nesse mesmo imposto. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que, sobre a questão do IMI, convém referir o seguinte: a taxa do IMI neste momento pode oscilar entre 0.3 e 0.45. A Câmara de Mondim e os mondinenses pagam 0.3. Não é possível baixar mais do que isto. A questão do IMI familiar, não sabe se as pessoas aqui têm ideia do quanto é que uma família pode beneficiar do IMI. Deu um exemplo pois considera importante ter isto presente: Uma pessoa que tenha um dependente, não é ter dois filhos, tem que ter dois dependentes, a redução é de 20 €. Portanto se 20 € por ano contribuem muito para atrair pessoas para o concelho, desafio alguém aqui dentro a provar com um estudo que os municípios que aplicam o IMI familiar estão a aumentar a população em virtude da aplicação dessa medida. Claro que não há nenhum estudo porque todos os municípios do país, aliás do norte, que tem oitenta e seis municípios, só dois municípios é que estão a aumentar a população, os outros estão a baixar a população. Também é verdade que muitos municípios que aplicam o IMI familiar não aplicam a taxa mínima e a opção da Câmara de Mondim é aplicar a taxa mínima a todos os proprietários. Mas continuando nesta explicação, um casal com dois filhos dependentes paga menos 40 € e um casal com três filhos dependentes ou mais paga menos 30 €. Mas a Câmara fez aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

umas contas hoje rápidas pelos dados fornecidos pelas Finanças: se aplicássemos o IMI familiar estaríamos a beneficiar apenas cerca de um quarto das famílias de Mondim. Famílias com um filho dependente são 256. Temos que fazer contas. É muito bonito defender o IMI familiar. Nós na Câmara de Mondim pensamos por nossa cabeça e não somos uma espécie de maria-vai-com-as-outras. Se há dois terços dos municípios que aplicam o IMI familiar, paciência. Nós não o aplicamos assumidamente, temos uma opção. Por exemplo a aplicação do IMI familiar, pelo critério da justiça social, pode beneficiar uma família que tem uma casa de 1.000.000 € e tem três filhos e desconta 70 € e um casal de idosos que ganha 300,00 € por mês e tem uma casa não tem desconto. Isso é justiça social? As famílias que têm dois filhos dependentes são 196 e no concelho há apenas 28 famílias que têm 3 ou mais filhos dependentes. Ou seja, se o IMI familiar fosse aplicado abrangeria apenas um quarto do total de famílias no concelho. Para terminar, este executivo tem uma opção muito clara: aplica a taxa do IMI igual para todos os proprietários, independentemente da sua condição social, da sua condição familiar, parece-lhes que é a medida mais justa. Irão continuar assim pois têm uma posição assumida e irão mantê-la.-----

Não havendo mais intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa, Valentim Carvalho Macedo, colocou à votação a Aprovação da Proposta Definição de Taxa de IMI para o ano de 2018 que foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor e duas abstenções.**-----

2.6- Definição de Taxa de participação no IRS para o ano de 2018 -----

A deputada municipal Maria Altina da Costa Carvalho usou da palavra para dizer que ao longo destes últimos anos o PSD, quer em reunião de Câmara, quer na Assembleia Municipal, tem vindo a aprovar a taxa de participação no IRS de 5%, a maximização de receitas que assim o exige. Deixamos no entanto o alerta para que a melhoria financeira do município se comece a traduzir no bolso da população, convém recordar que esta receita advém diretamente do rendimento dos mondinenses e que a competitividade do território é a soma de um conjunto de condições entre as quais a carga ou benefícios fiscais. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O deputado municipal Fernando Avelino Oliveira Silva usou da palavra para dizer que, relativamente a este tema, ainda era deputado já há algum tempo, o CDS sempre defendeu esta medida. Aliás, a proposta ia sempre no sentido da Câmara abdicar desta percentagem. Reconhece que esta medida beneficia quem tem rendimentos médios elevados, claramente. No entanto, também é bom que se saiba que não prejudica quem tem poucos rendimentos. E falando no IMI, recordou que mesmo estando a taxa em 0.3 nos urbanos, há muita gente que paga uma quantia bastante satisfatória no IMI e tem os mesmos direitos dos outros. E se há uma proteção relativamente a uns, o município tem que olhar para todos pois ainda moramos cá e queremos morar cá. Além do mais, num concelho que perde povoação e precisa como de pão para a boca de investimentos, gente com massa crítica, esta medida era uma das medidas que poderia ser adotada, era uma das, podia haver outras. Qualquer cidadão comum em Mondim consegue identificar que um dos problemas do concelho é a fuga da população jovem e licenciada, podendo esta medida não resolver mas ajudar a contribuir para investimentos imobiliários e para fixação. Aliás recorda-se de uma medida que a Câmara implementou, que não chegou a funcionar, que até pagava para novos povoadores. Portanto pode haver outras medidas e esta é uma delas. Por outro lado serviria também para que outras pessoas se fixassem em Mondim pelo seu poder de compra. É claro que não resolve o problema da fuga nem da desertificação mas acredita que seria uma das medidas que poderia, entre outras, contribuir para melhorar. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que, como o senhor deputado referiu e bem, só uma pequena percentagem das pessoas é que pagam IRS, nomeadamente funcionários públicos residentes em Mondim de Basto. Referiu que queria apenas dizer que a Câmara não abdicou da receita de IRS porque têm muitas dúvidas se isso é uma medida correta no sentido da justiça social mas também é verdade, e não esconde, a Câmara precisa dessa receita no orçamento da Câmara. Relativamente à questão da atração de população, referiu que tinha aqui um estudo da CCDR que diz que entre 2011 e 2016, apenas os municípios da Maia, Valongo e Paços de Ferreira viram crescer a população. Esta ideia de que apenas em Mondim é que está a diminuir população é uma ideia que não corresponde à realidade. E terminou a sua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

intervenção da mesma forma que fez há pouco: se conhecerem um estudo, com dados, que prove que uma pessoa, porque paga menos IMI, paga menos na água ou abdicam do IRS, vem do Porto para Mondim, então paramos aqui a reunião e cobrimos estes valores. Claro que nenhuma família vem para Mondim de Basto porque paga menos 5% do IRS com emprego no Porto. Isto é pura demagogia (agora não vão pedir a defesa da honra porque não está a insultar ninguém) porque não há nenhum dado concreto que faça essa relação direta entre a diminuição do pagamento do IMI e do IRS e a fixação de população. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa, Valentim Carvalho Macedo, colocou à votação a Aprovação da Proposta Definição de Taxa de participação no IRS para o ano de 2018 que foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor e duas abstenções.-----

2.7- Aprovação da isenção de IMI à Associação Social e Cultural dos Habitantes e Compartes de Vilar de Viando -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa, Valentim Carvalho Macedo, colocou à votação a Aprovação da isenção de IMI à Associação Social e Cultural dos Habitantes e Compartes de Vilar de Viando que foi aprovada por unanimidade. -----

2.8- Reconhecimento do interesse público municipal na regularização de atividade extrativa - Prego & Fernandes – Extração de Pedra Lda. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa, Valentim Carvalho Macedo, colocou à votação a aprovação do Reconhecimento do interesse público municipal na regularização de atividade extrativa que foi aprovada por unanimidade. -----

2.9- Reconhecimento do interesse público municipal na regularização de atividade extrativa – Granisuídro, Lda. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa, Valentim Carvalho Macedo, colocou à votação a aprovação do Reconhecimento do interesse público municipal na regularização de atividade extrativa que foi aprovada por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

2.10- Reconhecimento do interesse público municipal na regularização de atividade extrativa – Europedras Unipessoal, Lda. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa, Valentim Carvalho Macedo, colocou à votação a aprovação do Reconhecimento do interesse público municipal na regularização de atividade extrativa que foi aprovada por unanimidade. -----

2.11- Reconhecimento do interesse público municipal na regularização de atividade extrativa - Mármore e Granitos de Olela, Lda. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa, Valentim Carvalho Macedo, colocou à votação a aprovação do Reconhecimento do interesse público municipal na regularização de atividade extrativa que foi aprovada por unanimidade. -----

2.12- Reconhecimento do interesse público municipal na regularização de atividade extrativa – Tiago Monteiro de Carvalho -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa, Valentim Carvalho Macedo, colocou à votação a aprovação do Reconhecimento do interesse público municipal na regularização de atividade extrativa que foi aprovada por unanimidade. -----

2.13- Designação de um Presidente de Junta de Freguesia e um substituto, também Presidente de Junta de Freguesia, para representar as Juntas de Freguesias de Mondim de Basto no XXIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) -----

O deputado municipal Carlos Filipe Meireles Macedo usou da palavra para dizer que o Partido Socialista propunha como representante no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses o Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, Carlos Fernando Costa Martins, e como substituto o Presidente da Junta de Freguesia de Atei, José Marcelino Gonçalves da Silva. -----

Não havendo mais propostas, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, tendo sido designado como representante no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses o **Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Mondim de Basto, Carlos Fernando Costa Martins, e como substituto o Presidente da Junta de Freguesia de Atei, José Marcelino Gonçalves da Silva. ----

2.14- Designação dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Geral da CIM do Ave -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Valentim Carvalho Macedo, informou que neste ponto apenas podiam votar os membros eleitos, sendo que os presidentes de junta não podiam votar e que a eleição seria pelo método de d'Hondt. ---

O deputado municipal Carlos Filipe Meireles Macedo usou da palavra para dizer que o Partido Socialista propunha como representantes na CIM do Ave os deputados Valentim Carvalho Macedo e Carlos Filipe Meireles Macedo e como suplentes Maria Fernanda Lemos Cunha e Manuel Dias Fraga – Lista A. -----

O deputado municipal Bruno Miguel de Moura Ferreira usou da palavra para dizer que os grupos municipais do PSD e do CDS-PP propunham como representantes na CIM do Ave os deputados Bruno Miguel de Moura Ferreira e Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras e como suplentes os deputados Torcato Jorge Mota Queirós de Moura e Maria Altina da Costa Carvalho – Lista B. -----

Não havendo mais propostas, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, tendo a lista A recolhido nove votos e a Lista B cinco votos. Ficou deliberado que os representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Geral da CIM do AVE seriam: **Valentim Carvalho Macedo e Bruno Miguel de Moura Ferreira, sendo designados como suplentes de cada partido Carlos Filipe Meireles Macedo e Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras.**-----

2.15- Designação do representante da Assembleia Municipal para o Conselho da Comunidade do ACES do Alto Ave -----

O deputado municipal Carlos Filipe Meireles Macedo usou da palavra para dizer que o Partido Socialista propunha como representante da Assembleia Municipal para o Conselho da Comunidade do ACES do Alto Ave a deputada municipal Maria Fernanda Lemos Cunha – Lista A. -----

O deputado municipal Fernando Oliveira Silva usou da palavra para dizer que o CDS-PP propunha como representante da Assembleia Municipal para o Conselho da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Comunidade do ACES do Alto Ave o deputado municipal Torcato Jorge Mota Queirós de Moura – Lista B. -----

Não havendo mais propostas, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, tendo a lista A recolhido catorze votos e a Lista B sete votos. Ficou deliberado como **representante da Assembleia Municipal para o Conselho da Comunidade do ACES do Alto Ave a deputada municipal Maria Fernanda Lemos.**-----

2.16- Eleição de 2 Presidentes de Junta de Freguesia e de 5 cidadãos de reconhecida idoneidade para o Conselho Municipal de Segurança -----

O deputado municipal Carlos Filipe Meireles Macedo usou da palavra para dizer que o Partido Socialista propunha o Presidente da União de Freguesias de Ermelo e Pardelhas, Armindo Marinho Henrique, e o Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, Carlos Fernando Costa Martins e como cidadão indicou Mário Sousa. -----

O senhor Presidente da União de Freguesias de Ermelo e Pardelhas, Armindo Marinho Henrique, usou da palavra para agradecer o convite mas que tinha que recusar o convite por já ter sido convidado pelos membros da sua bancada. -----

O deputado municipal Bruno Miguel de Moura Ferreira usou da palavra para dizer a bancada do PSD propunha como cidadão Francisco Ramos e como Presidente de Junta o senhor Joaquim Augusto Silva Pereira, Presidente da União de Freguesias de Campanhó e Paradaça. -----

O deputado municipal Fernando Avelino Oliveira Silva usou da palavra para dizer que o CDS-PP não iria indicar nenhum Presidente de Junta e que indicava como cidadão o membro municipal Torcato Moura.

Não havendo mais intervenções, ficou deliberado que os **2 Presidentes de Junta de Freguesia e os 5 cidadãos de reconhecida idoneidade para o Conselho Municipal de Segurança** seriam: **Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, Carlos Fernando Costa Martins; Presidente da União de Freguesias de Campanhó e Paradaça, Joaquim Augusto Silva Pereira; Mário Sousa; Francisco Ramos; Torcato Moura; Eduardo Borges e Ernesto Carvalho.** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

2.17- Eleição de 1 Presidente de Junta de Freguesia para o Conselho Municipal de Educação -----

O deputado municipal Carlos Filipe Meireles Macedo usou da palavra para dizer que o Partido Socialista propunha o Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Ferreiros, José Pinto Queirós. -----

Não havendo mais propostas, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, tendo sido deliberado como representante para o Conselho Municipal de Educação o Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Ferreiros, José Pinto Queirós. -----

2.18- Designação dos representantes da Assembleia Municipal para o Conselho Municipal da Juventude -----

O deputado municipal Carlos Filipe Meireles Macedo usou da palavra para dizer que o Partido Socialista propunha como representante **Maria João Ribeiro.** -----

O deputado municipal Fernando Avelino Oliveira Silva usou da palavra para dizer que o CDS-PP indicava como representante **Torcato Moura.** -----

O deputado municipal Bruno Miguel de Moura Ferreira usou da palavra para dizer que o PSD indicava como representante **Bruno Miguel de Moura Ferreira.** -----

2.19- Designação de 4 cidadãos eleitores do concelho para a CPCJ de Mondim de Basto -----

O deputado municipal Carlos Filipe Meireles Macedo usou da palavra para dizer que o Partido Socialista propunha Valentim Carvalho Macedo, Maria Fernanda Lemos Cunha, Joana Alegre e Maria Altina Costa Carvalho – Lista A. -----

O deputado municipal Fernando Avelino Oliveira Silva usou da palavra para dizer que o CDS-PP indicava como representante Ângela Eduarda Figueiras, Maria Altina Costa Carvalho, Marina Lobo e Francisco Ramos – Lista B. -----

Não havendo mais propostas, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, tendo a lista A recolhido catorze votos e a Lista B cinco votos. **Ficaram designados como cidadãos eleitores do concelho para a CPCJ de Mondim de Basto: Valentim Carvalho Macedo, Maria Fernanda Lemos Cunha, Joana Alegre e Maria Altina Costa Carvalho.** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

2.20- Designação dos representantes das freguesias do concelho de Mondim de Basto para o Conselho Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios-----

Antes de iniciar a eleição, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração dos senhores deputados que se designasse o número máximo previsto na Lei sobre esta matéria, isto é, que se designassem cinco Presidentes de Junta de Freguesia, proposta que foi aprovada por unanimidade. Considerando que o concelho de Mondim de Basto é constituído por seis juntas de freguesia e que apenas cinco presidentes de junta podem ser indicados, o senhor Presidente da União de Freguesias de Ermelo e Pardelhas referiu que podia ficar de fora deste Conselho Municipal. Face ao exposto, ficou deliberado por consenso que os representantes das freguesias do concelho de Mondim de Basto para o **Conselho Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios** seriam: **Presidente da Junta de Freguesia de Atei – José Marcelino Gonçalves da Silva; Presidente da Junta de Freguesia do Bilhó - José Mário Machado Queirós; Presidente da União de Freguesias de Campanhó e Paradaça – Joaquim Augusto Silva Pereira; Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto – Carlos Fernando Costa Martins; Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Ferreiros – José Pinto Queirós.** -----

2.21- Designação de um representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil -----

O deputado municipal Carlos Filipe Meireles Macedo usou da palavra para dizer que o Partido Socialista propunha o Presidente da Junta de Freguesia do Bilhó, José Mário Machado Queirós. -----

Não havendo mais propostas, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, tendo sido deliberado como representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil o Presidente da Junta de Freguesia do Bilhó, José Mário Machado Queirós -----

2.22- Eleição de 1 Presidente de Junta de Freguesia para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O deputado municipal Carlos Filipe Meireles Macedo usou da palavra para dizer que o Partido Socialista propunha o Presidente da Junta de Freguesia de Atei, José Marcelino Gonçalves da Silva. -----

Não havendo mais propostas, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, tendo sido deliberado como representante das Juntas de Freguesia no Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal o Presidente da Junta de Freguesia de Atei, José Marcelino Gonçalves da Silva. -----

2.23- Informação do ROC sobre a situação financeira do município de Mondim de Basto -----

Não havendo intervenções, foi deliberado tomar conhecimento da Informação do ROC sobre a situação financeira do município de Mondim de Basto. -----

2.24- Informação do Executivo -----

Sobre este ponto da ordem de trabalhos não se registou nenhuma intervenção. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. -----

Tendo terminado as intervenções, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, às vinte horas, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida na sessão de 23 de fevereiro de 2018, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. ---

